



O REASON NOT THE NEED! DA POESIA, OUTRAS MORADAS E SABERES

ANA LUÍSA AMARAL

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2018

Ana Luísa Amaral. Professora aposentada da Faculdade de Letras do Porto e membro da Direcção do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, no âmbito do qual dirige o grupo internacional de pesquisa Intersexualidades. Coordenou projetos nacionais e internacionais financiados pela FCT. Autora de mais de três dezenas de livros, quer de poesia, quer de teatro, quer de ficção, quer infantis, quer de ensaios. Traduziu a poesia de Emily Dickinson, William Shakespeare, Eunice de Souza ou John Updike. Os seus livros estão traduzidos e editados em países como Inglaterra, Brasil, França, Espanha, Suécia, Itália, Holanda, Colômbia, Venezuela, México ou Estados Unidos da América.

As suas obras mais recentes em Portugal são *What's in a Name* (poesia, Assírio & Alvim, 2017) e *Arder a Palavra e Outros Incêndios* (ensaio, Relógio D'Água, 2017). Os seus mais recentes livros no estrangeiro são *Oscuro* (trad. Luis María Marina, Zaragoza, Olifante, 2016) e *The Art of Being a Tiger* (trad. Margaret Jull Costa, Tagus Press, USA, 2018). Brevemente sairão na New Directions (USA) e Crocetti Editore (Itália) uma antologia sua, *What's in a Name*. Em torno dos seus livros de poesia, de teatro e infantis foram levados à cena espetáculos de teatro e leituras encenadas (como *O Olhar diagonal das coisas*, *A História da Aranha Leopoldina*, *Próspero Morreu ou Amor aos Pedacos*).

O REASON NOT THE NEED!
DA POESIA, OUTRAS MORADAS
E SABERES

Ana Luísa Amaral

Ficha Técnica

Título: ***O reason not the need! Da poesia, outras moradas e saberes***

Autora: ***Ana Luísa Amaral***

Edição: ***Faculdade de Letras da Universidade do Porto***

Ano de Edição: ***2018***

Coleção: ***Orações de Sapiência***

Execução Gráfica: ***Invulgar - Artes Gráficas / Penafiel***

Tiragem: ***250 exemplares***

Depósito Legal: ***419185/16***

ISBN: ***978-989-54291-1-0***

* Foi respeitado o texto enviado pela autora, que não segue o Acordo Ortográfico.

Nota de abertura

Integrado na coleção *Orações de Sapiência*, temos o gosto de dar à estampa o texto da “lição” proferida pela Professora Doutora Ana Luísa Amaral, na Abertura Solene do Ano Letivo, no dia 16 de outubro de 2018. A escolha da nossa autora para proferir a oração de sapiência impôs-se naturalmente como óbvia, não fosse o facto de ser uma docente “da casa” e uma personalidade marcante da literatura/poesia portuguesa, duas vezes premiada este ano - em Itália, com o *Premio Internazionale Fondazione Roma: Ritratti di Poesia 2018* pelo conjunto da sua obra poética e, em Portugal, com o Prémio de Ensaio Jacinto do Prado Coelho, da Associação Portuguesa dos Críticos Literários.

A Oração de Sapiência tem como título *O reason not the need! Da poesia, outras moradas e saberese*, como a própria autora diz, fala “daquilo que não é mensurável. A arte, o pensamento, a palavra”, sobretudo da palavra poética, “a menos sujeita às leis do mercado, a mais livre”. Fala também, portanto, de liberdade.

Para além da beleza do texto, a expressividade que Ana Luísa imprimiu à forma como o “disse”, fizeram desta oração de sapiência um momento singular, com uma verdadeira dimensão humanista, que esta singela edição procura registar para memória futura.

Docente aposentada do Departamento de Estudos Anglo-Americanos da FLUP, e investigadora ativa do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Ana Luísa Amaral é por todos acarinhada como Professora da FLUP e continuamos a contar com as suas lições de poesia e de vida, para inspirar e motivar os nossos estudantes ao estudo nas áreas que procurou criar e desenvolver na nossa escola.

Pela disponibilidade de imediato manifestada para aceitar o nosso convite e pela intensa, mas serena, intervenção com que nos emocionou, quero, em nome da FLUP, expressar à Professora Ana Luísa a mais sincera gratidão.

Fernanda Ribeiro
Diretora da FLUP

O reason not the need! Da poesia, outras moradas e saberes

Ana Luísa Amaral

Para a Margarida Losa e para o Paulo Eduardo Carvalho

As ordens sugerem hierarquia, categorização. As categorias e as hierarquias sugerem propriedade. A minha voz formada a partir da minha vida não pertence a ninguém. O que eu ponho em palavras deixa de ser meu. Abre-se a possibilidade.

Susan Howe

1. A morada da possibilidade

Só a imaginação transforma, só a imaginação transtorna
Mário Cesariny

Comecei a dar aulas na Faculdade de Letras no ano de 1980. Naquela altura, a sua morada era outra, como muitos aqui se recordarão: aqueles pré-fabricados, na Rua do Campo Alegre, o chamado 'complexo pedagógico' perto do Palacete Burmester. A primeira disciplina que então leccionei chamava-se *Romantismo Inglês*. Eu tinha mais de 200 estudantes e dava as aulas no Anfiteatro, uma boa parte dos estudantes espalhados pelas escadas. Tínhamos quase a mesma idade, estudantes e eu, nessa que era uma disciplina anual, como então eram todas as disciplinas. E eu era jovem, e os anos da nossa democracia eram ainda jovens, e eu

achava que sabia mais do que realmente sabia, o que era muito pouco, ou quase nada - como depois fui sabendo à medida que os anos foram passando. Cada vez acho que sei menos, cada vez acho mais, como dizia a poeta polaca Wislawa Szymborska, a quem voltarei no final, que as coisas sobre as quais tenho a certeza podem ser contadas pelos dedos das minhas mãos. E ainda me sobram dedos.

Uma das grandes alegrias que tive foi a de, anos mais tarde, encontrar uma aluna desses tempos, mesmo em frente do Teatro Nacional de São João. Estávamos num comício e ouvi chamar o meu nome, um *SôTôra* a precedê-lo. E a minha antiga aluna, antes sequer de me cumprimentar, disse-me: “Tiger, tiger burning bright / in the forests of the night. É lindo! Vê como ainda me lembro?”. Tinham passado mais de vinte anos, ela não se lembrava de nada teórico sobre William Blake - lembrava-se do poema. Esse havia encontrado uma morada certa, havia-se, creio, alojado no pensamento dela e na sua memória - e, portanto, no seu corpo. E de tal forma que ali tinha regressado, passados tantos anos, feito saber e experiência estética.

Ensinei *Romantismo Inglês* durante dois anos e haveria de o tornar a fazer. Mas em 1982 comecei a ensinar William Shakespeare e seria sobre Shakespeare que escreveria as minhas provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, um pouco semelhantes ao mestrado, que ainda não existia na FLUP. A dissertação foi sobre King Lear e eu chamei-a *King Lear: Tragédia da Linguagem*. Foi orientada por Maria Irene Ramalho, da Universidade de Coimbra, que depois me orientaria também a tese de doutoramento, sobre Emily Dickinson.

O que hoje sou como professora, como investigadora, e também como pessoa, devo-o, em grande parte, à Maria Irene, a quem todos devemos igualmente a expansão da área da Americanística em Portugal, bem como a difusão de poetas norte-americanos completa ou praticamente desconhecidos no nosso país até aos anos 1980, como Walt Whitman, Emily Dickinson, ou Wallace Stevens. Nos agradecimentos da minha tese de doutoramento, a última frase é-lhe dedicada: “As palavras que não chegam”. Essa frase transitou para a primeira página da minha poesia reunida, *Inversos, 1990-2010*. “Vinte anos volvidos, a Maria Irene Ramalho: as palavras que não chegam”, diz o livro. A Maria Irene foi-me, é-me, marcante, como marcantes me foram as duas outras pessoas a quem dedico esta lição e que não estão já entre nós, a Margarida e o Paulo.

À Margarida Losa, que foi nossa colega nesta Faculdade até à sua morte em 1999, que sempre lutou pela ideia de que a reflexão e o ensino fazem parte de uma cidadania activa, devo também saberes imensos e diversos. Recordo-me dos ensaios que ela encontrava e fotocopiava para mim, numa altura em que não havia ainda o acesso que há hoje à Internet, pensando que me podiam ser úteis. Como foram: não utilitários, mas úteis, porque me convidavam a reflectir e me tocavam. A Margarida fez isto com muitos e muitas de nós. A ela devo

também a amizade longa e forte, e devemos todos a fundação e a expansão de uma área ainda por trilhar em Portugal, sobretudo a norte do país: a Literatura Comparada, por ela sempre defendida como coluna vertebral para o exercício da interdisciplinaridade. Por isso tem o nosso centro de investigação o seu nome. Uma vez, em conversa, a Margarida lembrou-me aquela frase de Foucault “Onde há poder, há resistência”. É para mim um grande motivo de orgulho que tenha sido eu a sugerir o nome dela numa primeira reunião após a sua morte e que o Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa seja o único centro de investigação do país com o nome de alguém que representou sempre, em meu entender, a resistência e o inconformismo, elementos fundamentais ao pensamento livre.

Com a Margarida partilhei o meu primeiro gabinete, ainda na outra morada desta Faculdade, tal como partilhei com o Paulo Eduardo Carvalho o meu último gabinete, já na sua nova morada, a actual. Com o Paulo, também nosso colega e meu grande amigo, que nós tão jovem perdemos em 2010, além do gabinete, partilhei muito sobre tradução. No que à minha própria experiência de traduzir diz respeito, alicercei-a sempre em (e recorro aqui à expressão do Paulo, na introdução à tradução de uma peça do irlandês Brian Friel) “actos de amor”.

Com o Paulo, um homem do teatro, aprendi que o teatro é um mundo ao qual, desde o mais pequeníssimo gesto de infância, se torna valioso aceder e sem o qual, ao crescermos, *somos* menos e *estamos* menores. Com a fala de um actor ou de uma actriz não se edifica nada material; meia dúzia de linhas em diálogo ou monólogo, e com ou sem metáforas, não montam uma indústria financeira; um cenário não pode ser investido na bolsa de valores; um diadema, quando transformado em adereço, é falso, é uma imitação, uma contrafação do real. Tal como o espaço cénico a que pertence, ele é de um mundo em arremedo do mundo, aos pedaços mais ou menos reconhecíveis, mais ou menos manobráveis pela cor, pelo escuro. Pelos sons. Pelos silêncios. Mas porque vive, como nós, de sons e de silêncios, o teatro é um espelho de conversão de emoção e pensamento em emoções e pensamentos, operado pela voz e pelo olhar, e em bens que dificilmente são traduzíveis em propriedades materiais. O Paulo Eduardo Carvalho soube como era necessário que ele fosse não só socialmente acarinhado, mas acarinhado também a nível do seu ensino, por isso a ele devemos a criação na FLUP de um Mestrado em Estudos de Teatro, hoje desgraçadamente extinto.

As perdas da Margarida e do Paulo foram para mim, para muitas e muitos de nós, perdas irreparáveis, perdas que significaram o desnorte, porque às qualidades científicas destes seres humanos se somava todo um mundo de afectos, e os afectos são fundamentais para construir redes de partilha de pensamento e de investigação profícuas e valiosas, e para funcionarmos no espaço público – o da política também, no seu mais lato sentido. Estes dois professores, colegas, amigos,

foram-me estruturantes. Ou talvez mais correcto seja dizer “basilares”, porque o que aqui queria, de facto, era uma palavra que sugerisse esteio, alicerce. Fio de prumo, essencial para a boa construção das paredes de uma casa.

Perdoem se me perdi um pouco por estas moradas – reais e de afectos, mas perdermo-nos é necessário para a escrita. Requer paciência – e tempo. Regresso a William Shakespeare e a *King Lear*, essa peça magnífica à qual retorno sempre, como retorno a tantos outros poetas, a tantas outras poetas que me formaram e tocaram, como a minha aluna tinha voltado ao poema de William Blake. Tantas moradas tem a poesia.

Há aquele momento da peça de Shakespeare em que, depois de deserdar Cordelia, a filha mais nova, e de a expulsar do reino, porque ela se negara a dizer-lhe por palavras o quanto o amava, o velho rei decide que dividirá o seu tempo entre os castelos de Goneril e de Regan, as outras duas filhas, e que o fará acompanhado dos seus 100 cavaleiros. Estamos na 4ª cena do II Acto e falta-nos ainda assistir a muito sofrimento, a muita crueldade e horror nessa que é considerada a mais sombria peça de Shakespeare. Regan e Goneril declaram que o pai não necessita de tão largo séquito e que ele pode ser reduzido, primeiro para metade, argumenta Goneril, depois para vinte e cinco, propõe Regan. “Dei-vos tudo”, lamenta-se Lear. “E em boa hora o haveis feito”, replica Regan. Tem lugar então um extraordinário diálogo que continua a estranha lógica do início da peça, e é todo construído sobre a racionalização do que não pode ser racionalizado. “Os teus cinquenta são o dobro dos vinte e cinco dela”, diz Lear a Goneril “por isso há-de ser a dobrar o teu amor”. “Ouvi-me, senhor”, replica Goneril, “para que necessitais vós de vinte e cinco, de dez, de cinco?”. Ao que Regan acrescenta: “Para que necessitais de um sequer?”. “Oh, não façais cálculos sobre a necessidade!”, exclama Lear, “Até os nossos mendigos mais miseráveis possuem algo de supérfluo / Dai à natureza somente o que ela necessita / e a vida humana será como a dos animais”. Não resisto a recordar o célebre verso de William Blake do seu longo poema produzido entre 1803 e 1820, *Jerusalem, the Emanation of the Giant Albion*, falado por Los: “Não usarei a razão nem compararei. O meu ofício é criar”. O que Lear diz, no início do seu percurso em direcção à loucura real, é que o supérfluo (o excedente, o excesso), colocado fora da lógica da medição e da racionalização cega, é o próprio cerne da natureza humana.

Falo, pois, daquilo que não é mensurável. A arte, o pensamento, a palavra – e talvez, no exercício dela e na paixão por ela, a palavra da poesia, porque é a menos sujeita às leis do mercado, a mais livre. Não por acaso, do seu projecto de estado exclui Platão a poesia, porque a considerava perigosa. E ela era perigosa porquanto se afigurava supérflua numa sociedade *perfeita*. A elevada consideração que Platão tinha pela poesia advinha justamente da sua

imperfeição. Como os mendigos de Lear que, ainda que num estado de total miséria, se apegam a algo de supérfluo. Ao inscrever-se na totalidade, a poesia, como a arte, inscreve-se nas falhas, nas fissuras do *desejo* dessa totalidade. Assim se entendem os versos de William Carlos Williams: “É difícil / obter as notícias em poemas / e contudo, todos os dias morre gente pateticamente / por lhe faltar / o que lá se encontra”. Por isso o poder treme sempre que não consegue cooptar a arte. Porque a arte, e a poesia acima de todas as artes, como escreveu Adrienne Rich no texto que publicou, em 1997, no *Los Angeles Times*, explicando a sua recusa em aceitar o mais alto galardão que o governo norte-americano confere a um escritor, a *National Medal for the Arts*, pode fazer-se “a voz da fome, a voz do descontentamento, a voz da paixão”.

A poesia, a arte, desarrumam para tentar arrumar por dentro; e pode haver muito sentido na desarrumação. Desarrumam para poderem depois entender e fazer algum sentido do mundo. A poesia desarruma - como o faz a Física Teórica, por exemplo, ao interrogar o mundo. A interrogação comum à poesia e às ciências é o ‘desassossego’. É este estado de desassossego que as escolas deveriam passar aos seus estudantes, em qualquer nível de ensino, no nosso caso o ensino por alguma razão chamado “superior”. E é este desassossego, que dá por outro nome, o de “pensamento crítico” que está profundamente em risco. Entendo que uma escola deve ensinar isto: a pensar - demorando pensar o tempo que demorar. Pensar é construir uma habitação para os saberes - e se destruir é um processo tristemente rápido (basta pensarmos nas guerras), nunca construir foi tarefa fácil ou veloz. Neste sentido, as Humanidades, a par de “ciências abstractas” que até usam metáforas lindas como “buracos negros” ou “paredes cosmológicas”, são absolutamente fulcrais, pois é a partir delas que pensamos o mundo, os outros seres vivos e viventes, e nos pensamos enquanto seres humanos. Uma equação como $e=mc^2$ tem, para mim, a concisão da poesia - e é, como a poesia, bela. Provoca em mim um sentimento de espantamento semelhante ao que me provocam versos como esses de Camões a falar do amor: “um não sei quê, que nasce não sei onde, / vem não sei como e dói não sei porquê”. Assim, admiravelmente, e a linguagens várias, se diz de universos, permitindo-nos até reconhecer que não somos somente nós quem lê o mundo; também o mundo a nós nos lê - e se lê entre os elementos que o compõem (como já o provaram, por exemplo, estudos recentes sobre a reacção das plantas às nossas agressões ou a comunicação das plantas entre si).

Se nos lembrarmos que a palavra “cultura” vem de “cultivar”, e que se refere inicialmente ao amanho da terra, então ela tem a ver com preparação, com cuidado, com aprimoramento de capacidades que estão latentes em todos e todas nós e que vão sendo desenvolvidas através da comunicação. Cultura significa o produto humano das invenções, das descobertas, das artes, dos

costumes, das religiões... Ter cultura incluiria conhecer um pouco a *Bíblia* tanto quanto a *Pietá*, incluiria saber do folclore de um povo, tanto quanto apreciar Bach, incluiria entender as razões para a Revolução Francesa, tanto quanto perceber a guerra económica e social movida pelo que foi a chamada bolha de Wall Street. E, sim, entender que, para a fundação da nossa modernidade, foi tão importante um poema como *The Waste Land*, de T. S. Eliot, quanto o foi a Física Quântica. E que para além da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, houve também a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, redigida em 1791 por Olympe de Gouges, e que saber estas coisas e pensar sobre estas coisas alarga, decerto, o conhecimento de alunos de Ciências, porque expande os seus horizontes.

Porém, quando falo em “alargamento de horizontes”, penso também no seguinte: hoje em dia, parece que toda a gente tem que saber fazer tudo e que estar preparada para ser deslocada constantemente, quer a nível geográfico, quer a nível do seu campo de saber(es). Isso acontece em todos os níveis laborais, e tem dado resultados dramáticos, como depressões, ou mesmo suicídios. É incompreensível, no caso, por exemplo, do ensino universitário (que é aquele que conheço melhor) que se espere que alguém que trabalhou vinte anos numa certa área seja, de um momento para o outro, obrigado a leccionar uma outra área que praticamente desconhece... O que acabo de dizer não é, de forma alguma, inconciliável com aquilo em que acredito: que interesses paralelos e leituras diferentes do mundo e das coisas são sempre um enriquecimento para nós e para a nossa relação com os outros. Não será demais aqui, para ilustrar esta ideia, lembrar Deleuze e Guatarri e o seu conceito de rizoma, exposto a experimentações, abrindo-se e fechando-se, pulsando, crescendo e desenvolvendo-se onde encontra possibilidades. Criando verdadeiras redes não hierárquicas de comunicação. Mas estamos, neste segundo caso, a falar de interesses e de leituras diversas e mais amplas, ou seja, de multiplicidade, de pluralidade, de uma dispersão capaz de produzir alianças, o que é sempre positivo - não de alienação, que é aquilo que se aplica ao primeiro caso. Há, pois, uma imensa diferença entre alienação e multiplicidade.

Terá a poesia alguma função? Função como a tem a Engenharia ou o Marketing, ou a Gestão, do mesmo registo não tem, com certeza. E ainda bem. Achei durante muito tempo que a poesia era o lugar onde se preservam as memórias. Hoje, penso que a memória, sendo sempre da ordem do individual e do colectivo, é irrepitível, e, portanto, impossível de manter, após uma ou duas gerações. Por isto, e perdoem o que pode parecer excursão, foi tão dramático o saque dos museus de Bagdad, em 2003, o ano da invasão do Iraque, de milhares de obras de arte e artefactos arqueológicos pertencentes à civilização suméria e

a outros períodos da história da Mesopotâmia; ou foi tão dramático o incêndio no mês passado, por negligência, do Museu Nacional do Brasil, um dos maiores museus de história natural e de antropologia das Américas, morada para alguns dos mais relevantes registos da memória brasileira no campo das ciências naturais e antropológicas, bem como para artefactos chegados de diversas regiões do planeta, ou produzidos por povos e civilizações antigas. Morada para saberes antigos e memórias.

O que podemos tentar a todo o custo preservar é a história, e, nela, o espaço do simbólico sem o qual nós, humanos, nada somos. A ter algum lugar a poesia, um dos seus lugares será esse, e não é pouco, pois, neste sentido, ela pode ser um antídoto para a injustiça. Se pensarmos a nível planetário, alguns nascem ainda, como disse William Blake no século XVIII, “para as doces delícias” enquanto outros nascem “para a noite sem fim”. Neste aspecto, a poesia funciona como sensibilização para a resistência, até mesmo, no caso da poesia, a poesia lírica. Por isso, muitas vezes, mesmo não tendo nós memória do tempo em que um poema foi escrito, pode um poema de amor apaziguar o horror que é também o mundo. O resto, é, portanto, História. O resto - somos nós, os da espécie humana, cada vez mais desafortunadamente instigada a desligar-se entre si e a esquecer a sua comum morada, que é ainda, e muito simplesmente, a deste planeta, que deveríamos todos ter o direito de habitar por igual.

Voltarei mais à frente a falar disto: de que sendo comum a todos nós esta morada, ela se estende por aposentos desiguais. Para já, permitam-me que cite uma história do domínio do pessoal, que já referi aqui, o ano passado, quando falei da figura eminente escolhida para 2017, o Prof. Manuel Corrêa de Barros. A história tem como protagonista a grande cientista portuguesa e da Universidade do Porto, de todos conhecida e por todos (em Portugal e fora de Portugal) reconhecida: Maria de Sousa, professora Emérita e Catedrática aposentada de Imunologia do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, coordenadora de investigação no Instituto de Biologia Molecular e Celular, responsável por descobertas extraordinárias no campo da Imunologia, agraciada com as mais elevadas distinções e condecorações como o *Bial Merit Award in Medical Sciences*, ou a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago d’Espada.

A história é então esta. Eu tenho, com Luís Caetano, um pequeno programa semanal de rádio onde falo de poemas. Todas as semanas escolho um poema e traduzo-o (se conheço a língua) e sobre ele falamos um pouco. Ora aconteceu que um dia recebi um email de Maria de Sousa, com quem eu nunca tive o privilégio de privar. Cito desse email (muito poético e curiosamente escrito na terceira pessoa):

Ela não saberá se eu não lhe disser. Se não lhe disser que gostaria de ter passado a noite a escrever-lhe dizendo como me soube bem que o dia tivesse acabado com a sua leitura de Rimbaud. Porque o dia tinha sido todo ele verdadeiramente especial para a cientista e para o que ela tinha pensado há 40 anos. (...) As coisas correram tão bem com as apresentações durante toda a semana que ela contou a história dos 40 anos e como parecia justificar-se a criação de uma nova disciplina a que já tinha um dia tinha chamado Hemunologia: a ligação inseparável das duas circulações, a do sangue e a das células brancas. Uma crescente ténue função renal obrigou-a a ficar em casa e não ir jantar com estudantes e professores. Assim o fim do dia ficou completo mesmo antes da meia noite (...) Uma sorte para um(a) cientista estar viva tanto tempo em ciência, poder lembrar a hora da ideia nova e fracturante e assistir à metamorfose da fractura em larga ponte.

Na altura, mandei um email à Prof. Maria de Sousa, perguntando se a podia citar.

Eis excertos da sua resposta:

(...) não só pode, como pode dizer o meu nome. (...) pergunto-me como podem ser tão surdos e cegos os políticos que temos presentemente e não perceberem que surpreendentemente o nosso grande “produto” é precisamente a cultura e a criatividade, tanto nas artes como nas ciências. (...) A liberdade é a raiz de toda a expressão individual e do eventual êxito do produto material ou imaterial (...). E já devíamos ter aprendido com a História que, por definição, a liberdade não se impõe nunca de cima para baixo.

2. Da liberdade como morada

- Não sei - quem deu a ordem sobre... quem deu a ordem... sim, quem deu a ordem. Claro, o chefe da Polícia de Segurança deu a ordem, sim, o serviço de inteligência deu a ordem - a ordem veio de lá, sim, com certeza. Mas recebeu-a do *Reichsfuehrer das SS*, Himmler. E Himmler também deve ter recebido a ordem de Hitler.

- Mas era escrita a ordem?

- Por escrito? Para os exterminar? Fisicamente? Nunca vi essa ordem por escrito. Só sei que houve a ordem, disse-me Heydrich: O Fuhrer quer os judeus exterminados fisicamente. Isto ele disse claramente. Depois, o resto foram questões menores.

Excerto do julgamento de Eichmann, 1961

A liberdade não se impõe nunca de cima para baixo. Neste momento, vemos chegar ao poder aquilo que era absolutamente inimaginável há umas décadas, assiste-se à derrocada da democracia, à impunidade dos políticos conluídos com a alta finança sem o esconderem sequer, à escalada feroz do neo-liberalismo e do neo-fascismo. Quero acreditar que não há ninguém neste auditório a quem não incomode o estado a que chegou o nosso mundo - a nível da sustentabilidade económica e ambiental, das conquistas sociais ou da política.

É terrível reconhecer que, tal como as ondas, que não são estáticas, antes vão e retornam, ainda que compostas por outras e sempre diferentes partículas de espuma, também as ondas da barbárie retornam agora, alarmantes (basta-nos pensar, no continente americano, nos Estados Unidos, onde temos o impensável, ou no Brasil, onde muito provavelmente o teremos, e neste inacreditável atropelo à democracia e às liberdades). Essas ondas de barbárie regressam, como o denunciou e previu o romance de Albert Camus *A Peste*, de 1948, que termina assim: “o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa. E nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços, por entre os papéis, ele espera, pacientemente”.

São os que navegam esta onda de barbárie que ordenam os resgates dos países do mundo e obrigam os povos a pagar pelas suas perdas financeiras. A esta situação chamou a Oxfam International “obscena”. Como faz notar Noam Chomsky num esplêndido livro que saiu no ano passado, *Requiem for the American Dream: the Ten Principles of Concentration of Wealth and Power*, dois dos princípios para a concentração da riqueza e do poder pelos governantes, pelos capitalistas, pelos ideólogos norte-americanos são “manter a ralé na ordem” e “atacar a solidariedade”. Atacar a solidariedade significa abrir caminho para o ódio. E o ódio produz coisas aberrantes, como o próprio ódio, e a ele ligado, a xenofobia,

o racismo, a homofobia, o sexismo – e mais uns ismos e umas fobias. O ódio, instigado pelos que mandam, pode matar. Sabemos todas como as mulheres e as crianças se encontram entre as maiores vítimas de pobreza e da violência dos estados. Sabemos, por isso, como tudo está ligado: a violência de género, o feminicídio, as várias, terríveis discriminações – de classe, de sexualidades, de raça, de etnia. E se o activismo social é necessário, nós, que trabalhamos com a literatura, podemos, e devemos, impulsionar o pensamento sobre as poéticas e as políticas relativas ao género, ao sexo e às sexualidades, reflectindo sobre o contexto mundial recente que tem vindo a alimentar uma visão retrógrada e reaccionária dos direitos humanos e do exercício da diversidade, base fundamental para a verdadeira cidadania.

Em *The Evil of Banality*, também publicado em 2017, Elizabeth Minnich, filósofa e antiga assistente de Hannah Arendt, revê o conhecido conceito de Arendt “a banalidade do mal”, desenvolvido no seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relatório sobre a banalidade do mal*, de 1963. A tese de Arendt havia sido a de que Eichmann não era um monstro. Sobretudo, Eichmann não era nem um fanático nem um psicopata, mas um homem motivado pela promoção profissional mais do que pela ideologia, alguém profundamente vulgar que recorrera continuamente a lugares-comuns e a clichês em lugar de pensar por si próprio. O conceito de banalidade (não banalização) proposto por Hannah Arendt não implicava que as acções de Eichmann haviam sido corriqueiras, ou feitas de crueldade gratuita, nem que existe um Eichman em potência em cada um de nós; o conceito de banalidade significava, para Arendt, que as acções de Eichmann tinham sido motivadas por um tipo de estupidez que não era de todo excepcional.

Sabemos como foi polémica a recepção da tese de Arendt e como ela é ainda hoje polémica. Lembro-me de conversar com a escritora Maria Velho da Costa, quando o filme *Hannah Arendt* foi exibido em Portugal e de ela me dizer “o mal nunca é banal”. E é verdade. Por isso me interessou tanto o livro de Elizabeth Minnich e esta inversão dos termos: *O mal da banalidade* em vez de *A banalidade do mal*. “Meia dúzia de monstros”, escreve Minnich, “não conseguem por si sós levar a cabo um genocídio, ou a escravatura, ou uma vasta exploração económica, ou as causas combinadas das mudanças climáticas”. Minnich desenvolve então uma interessantíssima distinção entre aquilo a que ela chama “mal intensivo” e “mal extensivo”. O mal intensivo traduz-se em danos terríveis cometidos por uma ou poucas pessoas e é semelhante a veneno. Esse mal tem lugar quando, por exemplo, alguém, ou uma companhia, compra um pedaço de terra onde viveram pessoas durante gerações de forma sustentável e destrói essa terra e o ar e a água, de forma a daí retirar lucros para si ou para os seus accionistas, sem qualquer tipo de preocupação para com as pessoas que perderam a terra.

O mal extensivo (ou prolongado) acontece quando estes cenários deixam de ser excepcionais e se tornam lugar-comum. E são defendidos e encarados como normais e até necessários, em nome de um bem maior. O mal extensivo acontece quando os pilares da sociedade e todo um sistema económico aceitam como traço dominante que a contaminação, seja ela de que tipo for, seja vista como mero incómodo. E fica assim aberto o caminho para o carreirismo, para a cobiça, para a busca de estatuto - recompensa para trabalhos que de uma forma ou de outra agridem os outros e lhes retiram a hipótese de futuros viáveis. Neste caso, o mal não é já um veneno, mas uma praga. O mal extensivo alimenta-se da crença de que o crescimento económico como um fim em si mesmo é desejável e que para que ele exista a ordem é necessária. E instiga a instabilidade e alimenta-se dela, tal como do medo, da paranóia em relação ao lugar do outro, seja esse outro a natureza, o refugiado, a mulher, o gay, o transsexual, o pobre, o sem-abrigo. E o banal instala-se com o convencional, o repetido, o clichê, o mesmo que é dizer, as “representações”, que são sempre estereótipos. Representações de classe, representações de raça, representações de género.

Como as imagens de mulher, como os estereótipos de género. Ou seja, todos e todas nós aprendemos, no que à diferença sexual diz respeito, modelos aparentemente matriciais, que se foram depois cristalizando, mas que são, eles próprios, simulacros e repetições - germe para a violência, porque conduzem tantas vezes a representações apoiadas em linguagens hipersexualizadas, hipermasculinizadas, agressivas, letais, linguagens essas que se vulgarizam, banalizam - naturalizam. Mais um outro caminho para aquilo a que Minnich chama “mal extensivo”.

Quando eu ensinava *Estudos Feministas*, quer a nível da licenciatura quer a nível da pós-graduação (na altura em que nesta Faculdade os estudos feministas tinham alguma visibilidade, visibilidade essa que infelizmente se perdeu), costumava dizer, logo na primeira aula, que feminismo se resume a uma expressão: “direitos humanos”. Por aí eu começava, para depois dizer que ser feminista não era ser contra os homens mas contra um sistema patriarcal que, ao impor às mulheres um guião de comportamentos e papéis que as oprime e discrimina, impõe aos homens também aos homens um guião de procedimentos e condutas, de clichês que, por exemplo, lhes coarta o que é comum a todos: a expressão das emoções.

Em *Precarious Life: the Powers of Mourning and Violence*, um livro de 2004, Judith Butler traça uma distinção entre o conceito de “precarity” e o de “precariousness”: a condição da precariedade (“precariousness”), que diz respeito à fragilidade da condição humana e o outro sentido de precariedade (“precarity”), que equivale a pensar a vida social como desprovida de segurança e de previsibilidade. Quando eu vejo o outro como dispensável, ou inútil, ao não

o reconhecer como meu semelhante, lerei sempre a sua vida como supérflua - e ser-me-á sempre possível aceitar que sobre ele vários mecanismos (os de Estado, os da religião ou os morais) exerçam violência e lhe confirmam um não estatuto, ou um estatuto de precariedade social. A condição do que é precário, ou seja, a precariedade do corpo, é, pois, condição comum, mas a precariedade induzida pode conduzir, como a filósofa norte-americana tão bem demonstrou, a dois caminhos: à desumanização do outro, ou à comunicação com ele e à partilha dos afectos.

Acredito que os estudos feministas, enquanto disciplina transversal que permite pensar a literatura, a história, a sociologia, a linguística, mas também as ciências, nos alargam os horizontes e nos fazem melhores seres humanos. Mas, tal como a poesia, eles podem ameaçar os poderes vigentes, como bem sabiam as autoras do livro extraordinário *Novas Cartas Portuguesas*, escrito em 1972 e ainda tão actual, cada vez mais actual. Basta recordarmos aquele pequeno excerto onde se lê “Digo: / A mulher adúltera é ainda apedrejada de morte no Afeganistão e na Arábia Saudita. / (Pergunto: / Também o homem adúltero será apedrejado no Afeganistão e na Arábia Saudita?)”.

Pensemos que só este ano foi permitido às mulheres conduzirem na Arábia Saudita - e dispensam-se comentários. O que quero aqui sublinhar é a absoluta necessidade hoje de um tipo de pensamento como este, feito de interrogação, não de certezas.

O que tem isto a ver com poesia? Tudo, diria eu. Em primeiro lugar porque é o segundo sentido de *precariedade* que está na génese de toda a arte, e é essa precariedade que pode também defender-nos do anonimato para onde a *outra* precariedade constantemente nos lança. Em segundo lugar, porque a língua que fala a poesia é justamente a que mais foge ao clichê, ao lugar comum, o que melhor se afasta da lógica da língua concertada. Como escreve Maria Irene Ramalho, “um discurso poético não é poético se não for um discurso de resistência, ou seja, um discurso que, embora sem qualquer poder para fazer coisas acontecerem, interrompe a língua convencional e institucionalizada que nos fala a vida, a realidade e a existência em geral e, ao fazê-lo, coloca-a radicalmente em questão”. Ou, como disse o pintor e poeta John Berger, em “The Hour of Poetry”, “o ofício da poesia é juntar aquilo que a vida separou ou que a violência destruiu. A poesia não repara nenhuma perda, mas desafia o espaço que separa. E fá-lo pelo contínuo labor de tentar reunir o que foi disperso e fragmentado”.

Há então relações que se podem estabelecer entre, por um lado, a ideia de resistência política (social, cultural, ideológica) e, por outro, a construção (literária, linguística, formal) de uma “poética de resistência” - ou seja, ao “fazer poesia”, “fazer política” (Pintasilgo), reconhecendo com Toni Morrison, na sua bela intervenção aquando da atribuição do Prémio Nobel em Literatura, em 1993, de que

a linguagem opressora faz mais do que representar a violência; ela é violência. Faz mais do que representar os limites do saber; ela limita o saber. Quer seja a obscura linguagem usada pelos governos ou a falsa linguagem de alguns meios de comunicação; quer seja a linguagem arrogante e calcificada da academia ou a linguagem obcecada com o empreendedorismo de alguma ciência; quer seja a linguagem da lei-sem-ética, ou a linguagem pensada para a alienação das minorias, que esconde o seu viés discriminatório por detrás do literário - essa linguagem deve ser rejeitada, alterada, denunciada.

Os gestos que fazemos, as palavras que dizemos - têm consequências. Quando se dá a falha radical do pensamento, a perda, pelo esquecimento induzido ou por nós voluvelmente aceite, da capacidade humana da escolha da liberdade - dá-se de facto a fuga da responsabilidade. A mediocridade deve-se não tanto à falta de imaginação quanto à falta de fé na imaginação, à perda da capacidade para duvidarmos e nos interrogarmos. Acredito que um dos caminhos para combater o estado actual das coisas é recusar habitar e praticar os guiões que nos foram impostos e que nós próprios fomos interiorizando. E não esquecer, sobretudo isso: recordar até onde nos for possível. Recordar e reler pelo puro prazer de o fazer, mas também pela absoluta oportunidade, textos como este de Maria Velho da Costa, de 1976, chamado "Cravo", que não resisto a lembrar aqui (o texto está no feminino, o seu contexto é o pós-25 de Abril, mas eu acho que honra qualquer ser humano):

Elas fizeram greves de braços caídos. Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à junta. Elas gritaram à vizinha que era fascista. Elas souberam dizer salário igual e creches e cantinas. Elas vieram para a rua de encarnado. Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água. Elas gritaram muito. Elas encheram as ruas de cravos. Elas disseram à mãe e à sogra que isso era dantes. Elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua. Elas foram para as portas de armas com os filhos ao colo. Elas ouviram falar de uma grande mudança que ia entrar pelas casas. Elas choraram no cais agarradas aos filhos que vinham da guerra. Elas choraram de ver o pai a guerrear com o filho. Elas tiveram medo e foram e não foram. Elas aprenderam a mexer nos livros de contas e nas alfaias das herdades abandonadas. Elas dobraram em quatro um papel que levava dentro uma cruzinha laboriosa. Elas sentaram-se a falar à roda de uma mesa a ver como podia ser sem os patrões. Elas levantaram o braço nas grandes assembleias. Elas costuraram bandeiras e bordaram a fio amarelo pequenas foices e martelos. Elas disseram à mãe, segure-me aqui nos cachopos, senhora, que a gente vai de camioneta a Lisboa dizer-lhes como é. Elas vieram dos arrabaldes com o fogão à cabeça ocupar uma parte de casa fechada. Elas estenderam roupas a cantar, com as armas que temos na mão. Elas diziam tu às pessoas com estudos e aos outros homens. Elas iam e não sabiam para aonde, mas que iam...

3. Estou cansada da “bela arte da infelicidade”

Nos tempos escuros haverá também canções?
Sim, haverá também canções Sobre os tempos escuros.
Bertholt Brecht

Estou cansada da ‘bela arte da infelicidade’
Denise Levertov

Há uma entrevista da pianista Maria João Pires em que ela diz assim sobre a música:

O que posso dizer sobre a música é que por mais que a tentemos apreender e ensinar, haverá sempre algo em falha nesse processo. Esse algo é a graça, o milagre inesperado que oferece à música o seu verdadeiro valor. É esse “je ne sais quoi” que leva o compositor a compor. É a graça que convida o músico - corpo e alma - a dominar o seu instrumento e a aprofundar o seu saber. É a graça que atrai os amantes da música e os faz ir a concertos, de forma a tornarem-se parte desse acontecimento único: a comunicação de um certo algo que integra a constituição de cada um de nós. A condição para essa ‘transmissão’ não é só estética, é também ética: a música, como toda a arte, é parte do mistério que dá forma ao humano.

Com esta belíssima reflexão dessa que é justamente considerada das maiores pianistas vivas, aproximo-me do final. A dimensão de mistério de que fala Maria João Pires ao falar da música encontrei-a eu sempre na poesia, ao lado da graça, do quase “milagre inesperado” de que ela fala tão bem. Esse milagre misterioso de que falava também Novalis e que pode ser a condição da poesia: “O de fora é o de dentro elevado à condição de segredo”, sendo este processo recíproco também. Senti isto muitas vezes ao ler poesia e ao escrever poesia. Senti-o e sinto-o, porque não sei viver sem poesia, porque a poesia mesmo que a princípio eu não o entendesse, porque era muito criança, esteve sempre comigo. Esteve sempre, muito antes de eu publicar o que quer que fosse. De tal forma que vezes houve em que vivi através dela, julgando-a vida. E ela foi-me vida. Fez sempre parte de mim, foi sempre a minha morada. De vez em quando, penso que ela me abandona, mas nunca é por muito tempo. Até hoje tem voltado sempre. Por isso me toca tanto essa ideia de graça no depoimento de Maria João Pires.

Mas note-se como, tangente à estética, a pianista coloca a ética e fala de transmissão e de comunicação. E eu penso no que foi também para mim parte da minha vida durante mais de trinta anos: o ensino. E como nele e na aprendizagem mútua que ensinar sempre nos dá eu encontrei igualmente

milagres inesperados. Esses milagres foram gerados a partir da transmissão de conhecimento, naturalmente, mas também de curiosidade, de questionação. “O importante”, disse um dia Einstein, “é que não paremos de fazer perguntas. A curiosidade tem a sua própria razão de existir. Não é possível deixarmos de nos extasiar se contemplarmos os mistérios da eternidade, da vida, da maravilhosa estrutura da realidade. Nada mais é necessário se tentarmos compreender um pouco deste mistério todos os dias”. Esses milagres foram ainda feitos de (espero) instigação minha à autonomia de pensamento - e à construção de redes de afectos. É com uma reflexão sobre essas redes que termino.

Talvez a maior ameaça hoje resida em aceitarmos a diminuição dos afectos, e portanto, a tristeza como inevitável, em, pelas melhores razões, que a nós parecem ser as mais éticas, colaborarmos com “a gente do poder sem liberdade”, essa que tem necessidade da tristeza, porque ela lhe permite construir o seu domínio sobre um regime de escravidão, de redução do mundo e das nossas relações com o mundo e os outros. E é aqui que a arte, e a poesia, em particular, porque contradiz o poder e lhe é *contradição*, pode ser um fortíssimo motor de resistência e de intensificação de potência. “Estou cansada da bela arte da infelicidade”, escreve Denise Levertov num poema ironicamente intitulado *A riqueza dos destituídos*. Esse poema abre com o verso “Como são cinzentos e duros os pés dos *condenados da terra*”, em claro diálogo com o Salmo 72 da Bíblia, usado por também por Franz Fanon para o seu livro de 1961 *Les damnés de la terre*. Na mesma sequência, aquela interrogação de William Blake “Posso eu ver a dor de alguém / E não ser em dor também?” faria sentido não como diminuição, por empatia, do amor, mas como questionamento e denúncia de que a ausência de amor corresponde à verdadeira abominação. O deslumbramento que traz a poesia pode ajudar a uma ética e a uma poética de afecto. Uma aliança.

Mesmo ameaçada, essa aliança, enquanto a nossa espécie aqui persistir, há-de ser sempre profundamente desejada, e constitui a precária ponte de ligação e re-ligação às coisas e aos outros. O deslumbramento que traz a poesia faz parte dessa aliança e será então uma exaltação de saberes e emoções. Onde têm lugar moradas várias: qualquer corpo - o humano, ou o social, o animal, ou o vegetal. E ainda o saber-mos seres de bifronte condição - mas com a escolha sempre de uma das faces perante nós. E, em certos momentos da nossa história, em tempos como estes por que agora passamos, entendermos que a temos mais claríssima ainda, a essa face e à sua escolha. Como no poema *A mão*, de Wislawa Szymborska, com que termino:

Vinte e sete ossos, trinta e cinco músculos,
cerca de duas mil células nervosas
em cada uma das pontas dos cinco dedos.
É quanto basta
para escrever *Mein Kampf*
ou *A Casinha de Winnie the Pooh*.



Obteve várias distinções, como a Medaille de la Ville de Paris, a Medalha de Ouro da Câmara Municipal de Matosinhos ou a Medalha de Ouro da Câmara Municipal do Porto, por serviços à Literatura, e diversos prémios, entre os quais o Prémio Literário Correntes d'Escritas, o Premio di Poesia Giuseppe Acerbi, o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores, o Premio Internazionale Fondazione Roma, o Prémio PEN de Ficção ou o Prémio de Ensaio Jacinto Prado Coelho. Foi também por duas vezes finalista do Prémio Portugal Telecom e indicada ao Prémio Rainha Sofia. Tem, com Luís Caetano, um programa semanal na Antena 2 sobre poesia, *O som que os versos fazem ao abrir*.

ISBN 978-989-54291-1-0



9 789895 429110